



SISTEMAS AGROALIMENTARES NA AMAZÔNIA: ESPAÇOS-TEMPOS HÍBRIDOS E INTERCONEXÕES NAS REDES CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO EM MANAUS

**AGRO-FOOD SYSTEMS IN THE AMAZON: HYBRID SPACE-TIMES AND
INTERCONNECTIONS IN SHORT FOOD SUPPLY CHAINS IN MANAUS**

SISTEMAS AGROALIMENTARES NA AMAZÔNIA: ESPAÇOS-TEMPOS HÍBRIDOS E INTERCONEXÕES NAS REDES CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO EM MANAUS

AGRO-FOOD SYSTEMS IN THE AMAZON: HYBRID SPACE-TIMES AND INTERCONNECTIONS IN SHORT FOOD SUPPLY CHAINS IN MANAUS

Wallefy Emanuel Arce Matos¹ | Raphael Fernando Diniz²
Mateus Monteiro Lobato³

Recebimento: 23/02/2026
Aceite: 27/04/2026

¹ Mestrando em Geografia (UFAM)
Manaus - AM, Brasil.
Email: wallefy.emanuelarce@gmail.com

² Doutor em Geografia (UNESP).
Professor na Universidade Federal do Amazonas.
Manaus - AM, Brasil.
Email: diniz@ufam.edu.br

³ Doutor em Geografia (UNESP).
Professor na Universidade Federal do Pará.
Altamira - PA, Brasil.
Email: monteirolobato@ufpa.br

RESUMO

O artigo analisa as Redes Curtas de Comercialização (RCCs) de alimentos a partir das relações socioespaciais assimétricas entre cidade e campo na região de Manaus. Questiona-se a ideia de que tais redes emergem exclusivamente como iniciativas autônomas dos agricultores familiares e, em contraponto, levanta-se a hipótese de que muitas das inovações associadas às RCCs (técnicas, organizacionais, discursivas e comunicacionais) são impulsionadas por demandas, valores e saberes produzidos no meio urbano, configurando fluxos que partem da cidade em direção ao rural. Nesse sentido, o trabalho discute como essas dinâmicas produzem espaços-tempos híbridos, marcados pelo imbricamento entre saberes, práticas, racionalidades, valores, territorialidades e temporalidades rurais e urbanas, onde os agricultores passam a reorganizar seus modos de produção, comercialização e comunicação. A análise evidencia que, embora as RCCs possam ampliar a visibilidade do agricultor e fortalecer circuitos locais de abastecimento, elas também reproduzem desigualdades socioespaciais, seletividades de acesso aos alimentos e novas formas de subordinação territorial. Ao problematizar quem define o valor dos alimentos, quem acessa os alimentos considerados saudáveis e quem se beneficia economicamente dessas redes, o artigo contribui para uma leitura crítica das RCCs como inovação social, destacando seus limites, contradições e implicações para a soberania alimentar e o desenvolvimento regional na Amazônia.

Palavras-chave: Amazonas. Manaus. Segurança Alimentar. Inovação social. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This paper analyzes Short Food Supply Chains (SFSCs) based on the asymmetric socio-spatial relationships between the city and the countryside in the Manaus region, Amazonas State, Brazil. It questions the notion that such networks emerge exclusively as autonomous initiatives of family farmers. In contrast, it hypothesizes that many of the innovations associated with SFSCs (technical, organizational, discursive, and communicational) are driven by demands, values, and forms of knowledge produced in urban settings, thereby configuring flows that emanate from the city toward the rural area. In this sense, the paper discusses how these dynamics produce hybrid space-times, characterized by the interweaving of rural and urban knowledge, practices, rationalities, values, territorialities, and temporalities, through which farmers reorganize their modes of production, commercialization, and communication. The analysis shows that although SFSCs may enhance farmers' visibility and strengthen local supply circuits, they also reproduce socio-spatial inequalities, selective access to food, and new forms of territorial subordination. By problematizing who determines the value of food, who accesses food considered healthy, and who benefits economically from these networks, the article contributes to a critical interpretation of SFSCs as social innovation, highlighting their limitations, contradictions, and implications for food sovereignty and regional development in the Amazon.

Keywords: Amazonas. Manaus. Food Security. Social Innovation. Regional Development.

INTRODUÇÃO

As transformações recentes nas formas de produção, circulação e consumo de alimentos têm recolocado no centro do debate as relações entre agricultor e consumidor, cidade e campo, especialmente no que se refere às chamadas redes curtas de comercialização agroalimentar (RCCs). Na literatura nacional (Abreu; Bellon; Torres, 2018; Cunha *et al.*, 2022; Darolt; Rover, 2021; Freitas; Nascimento; Costa, 2025) e em língua estrangeira (Marsden; Banks; Bristow, 2000; Renting; Marsden; Banks, 2003), essas redes são frequentemente apresentadas como alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico (circuitos agroalimentares longos), associadas à valorização da agricultura familiar, à agroecologia e à soberania alimentar, sobretudo por sua capacidade de reconectar produção e consumo e de gerar efeitos positivos no desenvolvimento rural. No entanto, tais abordagens tendem a enfatizar os impactos dessas iniciativas no meio rural, sem problematizar de forma mais aprofundada as mediações urbanas (especialmente as demandas, discursos e critérios de qualidade formulados por consumidores e instituições situadas nas cidades) que participam ativamente da constituição e da consolidação dessas redes.

Diversos estudos têm apontado que as RCCs não se estruturam apenas a partir da iniciativa dos agricultores, mas emergem de um contexto mais amplo de crise de confiança nos sistemas agroalimentares industrializados, especialmente nos grandes centros urbanos (Goodman; Du Puis; Goodman, 2012; Renting; Marsden; Banks, 2003). Preocupações com saúde, qualidade dos alimentos,



impactos ambientais e ética na produção impulsionam consumidores urbanos, movimentos sociais, organizações não governamentais e instituições acadêmicas a buscar formas alternativas de abastecimento, criando demandas específicas que passam a orientar/impôr novas práticas produtivas no meio rural. Nesse sentido, o urbano deixa de ser apenas destino do alimento e passa a atuar como instância produtora de discursos, normas e expectativas que reconfiguram o campo.

A literatura internacional sobre as RCCs – frequentemente referidas como *Short Food Supply Chains* (SFSCs) e inseridas no debate mais amplo das chamadas *Alternative Food Networks* – reconhece que essas iniciativas operam em espaços socialmente construídos, atravessados por relações de poder e por seletividades de acesso, que condicionam quem pode participar, consumir e se beneficiar desses circuitos (Galli; Brunori, 2013; Marsden; Banks; Bristow, 2000; Sonnino; Marsden, 2006). Ainda que promovam maior proximidade entre produtores e consumidores, tais redes tendem a se estruturar a partir de demandas urbanas específicas, atendendo prioritariamente segmentos das classes médias e reproduzindo desigualdades alimentares e territoriais (Guthman, 2008). Nesse sentido, parte da literatura crítica alerta para o risco de uma moralização do consumo, na qual a construção de sistemas alimentares considerados mais justos e sustentáveis é deslocada para o plano das escolhas individuais, sem o enfrentamento das estruturas sociais e econômicas que sustentam a exclusão alimentar das classes populares (Allen, 2010; Guthman, 2008).

No contexto amazônico, essas questões assumem contornos ainda mais complexos, uma vez que as cidades da região, historicamente estruturadas como espaços centrais de comando e articulação territorial, concentram funções econômicas, políticas e logísticas fundamentais, configurando padrões desiguais de organização do espaço regional (Becker, 2007). Nesse cenário, centros urbanos como Manaus tornam-se espaços centrais de formulação e difusão de projetos e discursos sobre desenvolvimento, sustentabilidade e valorização do local, que passam a incidir sobre os territórios rurais e sobre as formas de produção e abastecimento alimentar.

A partir de uma abordagem crítica do desenvolvimento regional (Haesbaert, 2004; Massey, 2007; Santos, 2006), o presente artigo propõe analisar as RCCs como espaços-tempos híbridos de mediação e disputa, nos quais se articulam inovação social, agroecologia, comunicação e desigualdades territoriais. Argumenta-se que as dinâmicas socioespaciais observadas não podem ser compreendidas



como simples processos de autonomia rural, mas como relações assimétricas que incidem sobre a reorganização das práticas produtivas e comerciais dos agricultores. Ao investigar esses fluxos no sentido urbano-rural, o trabalho busca contribuir para uma leitura mais complexa e crítica das RCCs, evidenciando seus potenciais, limites e contradições no debate sobre soberania alimentar e desenvolvimento regional na Amazônia.

A análise proposta neste artigo insere-se no campo das abordagens críticas do desenvolvimento regional, compreendendo o desenvolvimento não como um processo linear e universal, mas como uma construção histórica marcada por desigualdades estruturais, relações de poder e assimetrias territoriais. Nessa direção, dialoga-se com a noção de desenvolvimento desigual, conforme Harvey (2006), ao evidenciar a incorporação diferenciada dos territórios às dinâmicas de acumulação, bem como com a tradição da teoria da dependência, proposta por Cardoso e Faletto (2010), ao destacar a reprodução de relações de subordinação entre diferentes espaços. Assim, as RCCs são analisadas não apenas como estratégias de desenvolvimento local, mas como expressões de dinâmicas contraditórias que articulam proximidade, desigualdade e poder no contexto amazônico.

METODOLOGIA

O artigo desenvolve-se a partir de uma abordagem teórico-metodológica qualitativa, tomando como base a literatura crítica sobre redes curtas de comercialização de produtos agroalimentares e as relações urbano-rurais na atualidade. Adota-se, para consecução de seus objetivos, uma perspectiva de análise geográfica sobre arranjos territoriais de abastecimento para interpretar as dinâmicas espaciais e temporais das RCCs na Amazônia.

Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se, inicialmente, uma revisão bibliográfica, articulando referências nacionais e internacionais sobre sistemas agroalimentares, redes curtas de comercialização, relações cidade–campo na Amazônia e desenvolvimento regional, complementada pela análise de reportagens, documentos institucionais e estudos de caso regionais.

Cumprir destacar que embora o artigo não se baseie em levantamento empírico inédito, as análises e reflexões apresentadas estão ancoradas na experiência acumulada dos autores em pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos anos, especialmente voltadas à agricultura familiar,



aos circuitos locais de abastecimento e às dinâmicas de comercialização de alimentos em Manaus e em seu entorno imediato (Matos *et al.*, 2023; Matos *et al.*, 2024; Lima; Diniz, 2025).

Essa combinação entre revisão bibliográfica, análise de dados secundários e trajetória de pesquisa permite problematizar as mediações, disputas e assimetrias socioespaciais que atravessam as RCCs na Amazônia, evidenciando como fluxos discursivos, normativos e práticos oriundos do meio urbano influenciam e reorganizam práticas produtivas e comerciais no espaço rural, conforme o referencial teórico adotado (Haesbaert, 2004; Santos, 2006).

REDES CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO (RCCS) E O DEBATE URBANO-RURAL

As RCCs são frequentemente apresentadas como alternativas aos sistemas agroalimentares convencionais. A literatura as caracteriza pelo estabelecimento de vínculos diretos entre produtores e consumidores, frequentemente associados à valorização da agricultura familiar, da agroecologia e da soberania alimentar (Freitas; Nascimento; Costa, 2025). Nessas redes, as relações comerciais transcendem o objetivo imediato do lucro, pois privilegiam a confiança, a troca de saberes e construção de sociabilidades fundamentadas na solidariedade e na sustentabilidade. Na prática, isso se manifesta em formas de venda direta (feiras, cestas agroecológicas etc.) ou em modelos com, no máximo, um intermediário. Tais estruturas tendem a criar proximidades e laços de confiança entre agricultor e consumidor, o que muitos autores veem como fator de fortalecimento das economias locais (Cunha *et al.*, 2022).

Parte da literatura crítica problematiza a ideia de que as RCCs sejam iniciativas estritamente intrínsecas ao meio rural, apontando o papel ativo de consumidores urbanos, ONGs e instituições acadêmicas na formulação de critérios de qualidade, valor e legitimidade desses circuitos (Allen, 2010; Goodman; Du Puis; Goodman, 2012; Guthman, 2008). Segundo Freitas, Nascimento e Costa (2025, p. 101), a produção acadêmica brasileira vê as RCCs como “alternativa aos modelos vigentes de produção, distribuição e comércio de alimentos”, relacionando-as intimamente à agroecologia. Abreu, Bellon e Torres (2018) ressaltam que redes agroecológicas são redes sociotécnicas que funcionam a partir da abertura à participação da sociedade civil e de interfaces institucionais, embora dependam de suporte público para se consolidar.



Por outro lado, autores como Guthman (2008) e Allen (2010) alertam que as RCCs podem reproduzir desigualdades já presentes na sociedade, pois atendem prioritariamente consumidores de classes médias (buscando alimentos sem agrotóxicos e saudáveis) e ignoram as necessidades das populações vulneráveis. Nesse sentido, Gazolla, Aquino e Gaievski (2023) demonstram que canais digitais de comercialização no Brasil se fortaleceram durante a pandemia, porém direcionaram-se sobretudo a consumidores preocupados com dietas saudáveis, permanecendo parciais no alcance.

Além disso, esses novos canais de comercialização frequentemente exigem algum grau de apoio estatal para possibilitar a inclusão de uma parcela mais ampla da agricultura familiar. Políticas públicas de apoio técnico-institucional, acesso ao crédito e à extensão rural, assim como programas de compras públicas (que condicionam o acesso a mercados e a organização logística) são muitas vezes pré-condições para que agricultores mais vulneráveis participem de forma efetiva desses arranjos de comercialização (Elias *et al.*, 2023; MDA, 2024). Dessa forma, embora as RCCs promovam maior proximidade e visibilidade do agricultor, elas tendem a se desenvolver em contextos marcados por desigualdades estruturais entre os atores envolvidos, o que nem sempre resulta em transformações efetivas nas bases socioeconômicas existentes (Gazolla; Aquino; Gaievski, 2023).

TEMPOS RÁPIDOS E TEMPOS LENTOS: A REORGANIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DAS RCCS

A compreensão das RCCs exige uma leitura atenta das transformações espaço-temporais que atravessam as relações entre cidade e campo. Nesse sentido, Milton Santos (2006) oferece um aporte teórico central ao conceber o espaço como resultado indissociável da técnica, do tempo e da ação social. No período técnico-científico-informacional, intensifica-se a hegemonia dos chamados tempos rápidos, associados à circulação, à fluidez e às exigências do mercado, sem que os tempos lentos, vinculados ao lugar, à produção e às temporalidades vividas, sejam completamente suprimidos.

No âmbito das RCCs, essa tensão manifesta-se na sobreposição dos tempos rápidos da circulação urbana sobre os tempos lentos da produção agrícola. Estruturados pelos ciclos naturais, pela sazonalidade e pelos saberes tradicionais da agricultura familiar, os tempos lentos da produção passam a ser reorganizados em função das exigências de regularidade, previsibilidade e velocidade



impostas pelos mercados urbanos, pelas feiras e pelos dispositivos técnicos de comercialização. Assim, embora frequentemente apresentadas como alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico, as RCCs não suspendem sua lógica temporal dominante, operando como espaços-tempos híbridos nos quais práticas produtivas territorializadas são tensionadas pela aceleração da circulação e pelas racionalidades do mercado (Marsden; Banks; Bristow, 2000; Goodman; Du Puis; Goodman, 2012).

Os tempos lentos constituem uma dimensão fundamental da organização do espaço rural amazônico e das práticas da agricultura familiar. Associados aos ciclos produtivos, à sazonalidade climática e aos processos ecológicos, esses tempos expressam formas historicamente construídas de relação entre trabalho, território e natureza. Na Amazônia, a produção agrícola orienta-se por ritmos próprios do lugar, baseados nos saberes ambientais dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) construídos e compartilhados intergeracionalmente a partir da observação do ambiente e na experiência acumulada, configurando racionalidades espaciais que não devem ser compreendidas como atrasos ou meros resquícios, mas como condições fundamentais para a sustentabilidade socioambiental dos sistemas agrícolas (Santos, 2006; Becker, 2007).

Na agricultura familiar amazônica, essas temporalidades manifestam-se de maneira distinta na várzea e na terra firme. Na várzea, os ciclos de cheia e vazante condicionam o uso da terra, os períodos de plantio e colheita e as estratégias produtivas, enquanto na terra firme predominam ritmos associados às estações chuvosa e seca e ao manejo tradicional das roças. Essas práticas organizam não apenas a produção de alimentos, mas modos de vida e formas de reprodução social fortemente enraizadas no território (Haesbaert, 2004).

Em contraste, os tempos rápidos, conforme formulado por Santos (2006), expressam a aceleração da circulação e a imposição de ritmos externos aos lugares, orientados pela racionalidade urbana e mercantil. Nas RCCs, essa dinâmica se materializa nas exigências de regularidade das feiras, nos prazos rígidos de entrega das cestas e na necessidade de sincronização da produção com os calendários de consumo urbano. A expansão de plataformas digitais e de sistemas de comercialização mediados por tecnologias de informação intensifica essa lógica ao reforçar a demanda por abastecimento contínuo e previsível, levando os agricultores a reorganizarem seus ritmos de trabalho e produção (Harvey, 1992; Goodman; Du Puis; Goodman, 2012).



Embora as RCCs reduzam a distância física entre produtores e consumidores, elas permanecem inseridas em uma racionalidade temporal que privilegia a fluidez e a rapidez da circulação. Desse modo, os tempos lentos do lugar não são eliminados, mas incorporados de forma subordinada aos ritmos urbanos, conforme argumenta Santos (2006). As RCCs, portanto, não configuram espaços de autonomia temporal plena, mas formas específicas de mediação urbano-rural, nas quais a valorização do local convive com a imposição de racionalidades temporais externas.

No contexto amazônico, a cidade de Manaus desempenha papel central na intensificação desses processos. Enquanto principal polo urbano, logístico e institucional da região, a capital concentra mercados consumidores, infraestruturas e dispositivos técnicos que passam a organizar os calendários e a regularidade da produção agrícola. Assim, Manaus atua como instância de comando temporal, definindo frequências, prazos e padrões de oferta aos quais os agricultores familiares precisam se adequar, reforçando a predominância dos tempos rápidos no sistema agroalimentar regional (Becker, 2007; Moraes; Schor, 2011).

Essa centralidade urbana se expressa na padronização dos horários das feiras, na exigência de presença semanal e na previsibilidade da oferta, mecanismos pelos quais o tempo urbano se projeta sobre o rural. As RCCs em Manaus, portanto, evidenciam que a proximidade espacial entre produtores e consumidores não elimina as assimetrias de poder, mas as reinscreve no plano do tempo, revelando como a aceleração da circulação redefine as condições de reprodução da agricultura familiar em seu entorno imediato (Harvey, 1992; Santos, 2006).

HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES: PROXIMIDADE SOCIAL E COMANDOS URBANOS

A distinção entre horizontalidades e verticalidades, formulada por Santos (2006), é central para a compreensão das dinâmicas socioespaciais contemporâneas. As horizontalidades referem-se às relações construídas no âmbito do lugar, marcadas pela proximidade entre os atores, pela presença simultânea, pela cooperação cotidiana e pela sociabilidade. São vínculos ancorados na experiência direta, na confiança e no compartilhamento de práticas e saberes, conferindo ao território uma dimensão relacional e simbólica que extrapola sua materialidade (Santos, 2006).



Embora enraizadas no local, essas relações não estão dissociadas das dinâmicas mais amplas do sistema econômico e político.

As verticalidades, por sua vez, dizem respeito aos fluxos, normas, técnicas e comandos que incidem sobre os lugares a partir de instâncias externas, frequentemente distantes e desigualmente posicionadas no espaço. Expressam o exercício do poder por agentes e instituições que operam em escalas superiores, organizando o território por meio de dispositivos normativos, tecnológicos e econômicos. Para Santos (2006), as verticalidades não eliminam as horizontalidades, mas as reordenam, subordinando-as a racionalidades hegemônicas associadas ao Estado, ao mercado e às redes técnicas do período técnico-científico-informacional. A relação entre essas dimensões revela o espaço geográfico como um campo de tensões, no qual proximidade social e comandos distantes coexistem de forma desigual.

No âmbito das RCCs, as horizontalidades manifestam-se sobretudo nas feiras, nas vendas diretas e em outros arranjos que aproximam produtores e consumidores no espaço urbano. Esses circuitos possibilitam encontros presenciais, diálogos frequentes e a construção de relações que ultrapassam a lógica estritamente mercantil. As feiras, em particular, configuram-se como espaços de sociabilidade, nos quais o contato direto favorece o reconhecimento mútuo, a visibilidade do trabalho agrícola e a construção de vínculos baseados na confiança e na presença simultânea, elementos centrais da noção de horizontalidade (Santos, 2006).

Essas relações diretas também favorecem a troca de saberes e informações sobre formas de produção, sazonalidade, manejo agroecológico e preparo dos alimentos, contribuindo para a atribuição de valor social aos produtos e para o fortalecimento simbólico da agricultura familiar. As RCCs diferenciam-se dos circuitos agroalimentares longos não apenas pela redução da distância física, mas pela produção de relações sociais baseadas na confiança, na cooperação e no reconhecimento do outro. Contudo, essas horizontalidades não operam de forma autônoma, uma vez que são atravessadas por forças externas que exigem uma leitura articulada com as verticalidades que incidem sobre essas redes (Marsden; Banks; Bristow, 2000; Renting; Marsden; Banks, 2003).



As RCCs são fortemente condicionadas por verticalidades urbanas que influenciam sua organização e funcionamento. Essas se expressam, sobretudo, nos padrões sanitários, nos critérios técnicos de produção e nos dispositivos regulatórios formulados majoritariamente no espaço urbano, aos quais os agricultores familiares precisam se adequar para acessar mercados diferenciados (Santos, 2006). Tais exigências reorganizam práticas locais segundo racionalidades hegemônicas, muitas vezes descoladas das condições concretas do território rural.

Além das normas técnicas, as verticalidades também se manifestam por meio dos discursos sobre “alimento saudável”, que funcionam como dispositivos simbólicos de valorização. Amplamente difundidos por consumidores urbanos, ONGs, mídias especializadas e plataformas digitais, esses discursos definem parâmetros de qualidade, sustentabilidade e ética alimentar, influenciando tanto os padrões de produção quanto os preços praticados nas RCCs. Embora ampliem a visibilidade da agricultura familiar e da agroecologia, também tendem a produzir seletividades sociais, ao associar esses alimentos a determinados perfis de consumo e poder aquisitivo (Guthman, 2008; Allen, 2010).

As plataformas digitais e as mediações institucionais do Estado, de ONGs e do mercado reforçam esse processo ao organizar a circulação dos alimentos por meio de calendários, regras de participação e mecanismos de coordenação definidos externamente ao território rural. Ainda que essenciais para a viabilização logística das RCCs, essas mediações atuam como vetores de verticalização, ao centralizar decisões, filtrar a participação dos agricultores e condicionar suas formas de inserção no mercado urbano.

Dessa forma, as RCCs não podem ser compreendidas nem como espaços exclusivamente horizontais, baseados apenas na proximidade e na cooperação, nem como estruturas totalmente capturadas por comandos externos. Elas se configuram como arranjos híbridos, nos quais horizontalidades e verticalidades coexistem de forma desigual. O urbano atua como instância produtora de valor e legitimidade, ao definir discursos, critérios de qualidade, certificações e parâmetros de preço que conferem reconhecimento social e simbólico aos alimentos e aos modos de produção. Assim, embora promovam maior proximidade entre produtores e consumidores, as RCCs operam como arenas de tensão, nas quais a valorização do local convive com a reprodução de hierarquias socioespaciais, evidenciando seus limites e contradições enquanto alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico (Guthman, 2008; Allen, 2010; Goodman; Du Puis; Goodman, 2012).



Essa dinâmica pode ser interpretada à luz da teoria da dependência, na medida em que evidencia relações assimétricas nas quais determinados espaços passam a se organizar em função de demandas, normas e racionalidades produzidas em outros contextos. Conforme argumentam Cardoso e Faletto (2010), o desenvolvimento ocorre de forma relacional e hierárquica, produzindo estruturas de subordinação entre diferentes regiões. Ainda que em escala regional, observa-se a reprodução de uma lógica na qual o rural se insere de forma subordinada às dinâmicas urbanas, o que reforça a permanência de desigualdades estruturais mesmo em arranjos considerados alternativos.

Com o objetivo de sintetizar as principais tensões espaço-temporais que atravessam a organização das RCCs, o Quadro 1 apresenta as dimensões analíticas que articulam tempos rápidos e lentos, bem como horizontalidades e verticalidades.

Quadro 1 | Tensões espaço-temporais e formas de legitimação nas RCCs

Dimensão	Tempos lentos / Horizontalidades	Tempos rápidos / Verticalidades
Temporalidade	Sazonalidade, ciclos naturais, ritmos do lugar	Regularidade, previsibilidade, prazos urbanos
Base espacial	Território vivido, produção agrícola, lugar	Cidade, mercado, plataformas, normas
Forma de relação	Proximidade, confiança, presença	Mediação técnica, regulação, comando
Produção de valor	Saber local, práticas agroecológicas	Certificações, discursos urbanos, consumo
Efeito sobre as RCCs	Enraizamento territorial	Subordinação aos ritmos urbanos

Fonte: Os autores, 2026.

VALOR, TEMPO E LEGITIMAÇÃO: O ALIMENTO COMO CONSTRUÇÃO SOCIOESPACIAL

O valor do alimento não é uma propriedade intrínseca, derivada apenas de suas características nutricionais ou dos modos de produção, mas resulta de um processo socialmente construído e espacialmente mediado. Como argumenta Santos (2006), o valor emerge das relações técnicas, normativas e simbólicas materializadas no espaço. Nessa perspectiva, o alimento deve ser compreendido como um objeto social carregado de significados econômicos, culturais e morais, cuja legitimação depende dos contextos socioespaciais em que circula. Nas RCCs, esse processo torna-se particularmente evidente, pois o reconhecimento do alimento se constrói na interface entre o rural e o urbano, mediado por práticas de circulação, dispositivos institucionais e expectativas sociais de consumo.



O espaço urbano assume papel central como instância produtora de valor e legitimidade, ao concentrar mecanismos simbólicos e institucionais que definem o que é reconhecido como alimento de qualidade. Conforme Santos (2006), as verticalidades operam como fluxos de normas, informações e comandos que incidem sobre os lugares, reorganizando práticas locais segundo racionalidades externas. Essa dinâmica articula-se ao conceito de poder simbólico, entendido como a capacidade de impor significados e classificações socialmente reconhecidas (Bourdieu, 2021). Discursos como “alimentação saudável”, “sustentabilidade” e “consumo consciente” funcionam, assim, como dispositivos de legitimação que atribuem valor diferencial aos alimentos e às práticas agrícolas.

A dimensão temporal é indissociável desse processo. O tempo atua como princípio normativo, definindo o que é considerado eficiente, confiável e aceitável. A hegemonia dos tempos rápidos (associados à regularidade, previsibilidade e circulação contínua) tende a subordinar os tempos lentos do lugar, da sazonalidade e dos ciclos ecológicos, frequentemente reclassificados como entraves organizacionais (Santos, 2006). Como observa Lefebvre (2004), os ritmos sociais expressam relações de poder e produzem hierarquias entre práticas e modos de vida. Nas RCCs, essa lógica manifesta-se nas exigências de regularidade das feiras, nos prazos de entrega das cestas e na expectativa de abastecimento constante, condicionando a legitimidade do alimento à adequação aos ritmos urbanos dominantes.

Esse processo de legitimação espaço-temporal pode ser compreendido à luz da noção de regimes de verdade, segundo a qual determinados saberes e práticas são reconhecidos como legítimos a partir de dispositivos discursivos e institucionais que os sustentam (Foucault, 2008). No âmbito das RCCs, normas sanitárias, certificações, plataformas digitais e mediações institucionais estabelecem padrões que regulam a circulação dos alimentos e a participação dos atores envolvidos. Assim, embora essas redes reorganizem as relações entre produtores e consumidores e ampliem formas de proximidade social, não eliminam os mecanismos de hierarquização do sistema agroalimentar, mas os reinscrevem sob novas formas. O valor do alimento resulta, portanto, da articulação entre espaço, tempo e poder, evidenciando as RCCs como arenas nas quais a valorização do local convive com a reprodução de assimetrias socioespaciais.



Sob essa perspectiva, a produção de valor nas RCCs pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de desenvolvimento desigual, no qual diferentes agentes e territórios participam de forma diferenciada da geração e apropriação de valor. Como destaca Harvey (2001), o capitalismo se estrutura a partir da produção contínua de desigualdades espaciais, nas quais determinados territórios concentram funções estratégicas enquanto outros assumem posições subordinadas. A centralidade urbana na definição dos critérios de qualidade e legitimidade reforça essa assimetria entre cidade e campo.

ESPAÇOS-TEMPOS HÍBRIDOS E INTERSEÇÕES URBANO-RURAIIS

As interações nas RCCs revelam espaços-tempos híbridos, resultados do imbricamento entre práticas, saberes, racionalidades, valores, territorialidades e temporalidades rurais e urbanas.

Sob a ótica da geografia crítica, o espaço não é fixo nem transparente, sendo produzido por relações sociais que extrapolam leituras dicotômicas, como a separação entre cidade e campo (Lefebvre, 2006). Massey (2008), por sua parte, defende que o espaço é constituído pelas múltiplas conexões entre lugares, enquanto Haesbaert (2004) enfatiza a multiterritorialidade, os territórios vividos simultaneamente em diversas escalas.

Segundo Rua e Simoni (2020), a presença de urbanidades no rural expressa a constituição de espaços híbridos nos quais práticas, valores e temporalidades urbanas passam a reconfigurar dinâmicas tradicionalmente associadas ao rural, sem, contudo, anulá-las. Essa questão é frequentemente observada nas RCCs na Amazônia, uma vez que práticas e saberes rurais são continuamente reorganizados em função de demandas urbanas, mantendo tensões, negociações e adaptações no cotidiano produtivo e comercial.

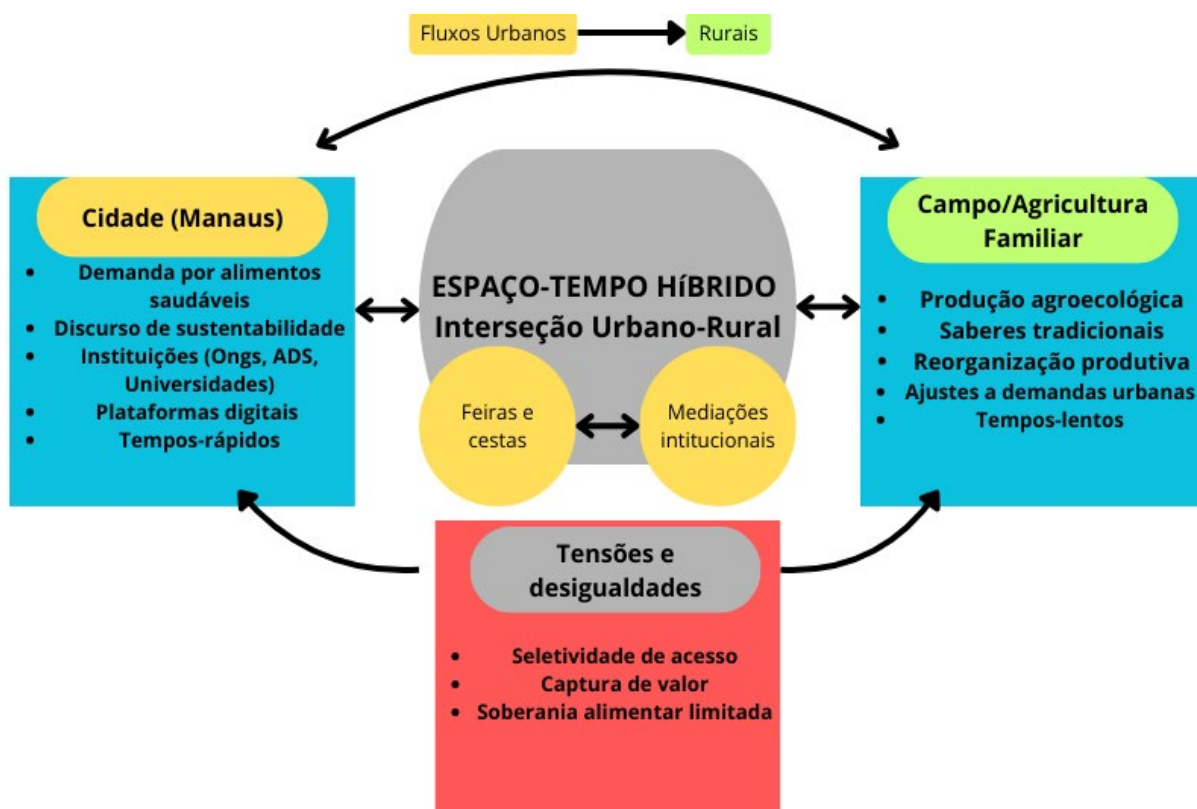
Em Manaus, a centralidade urbana reforça o caráter híbrido da espaço-temporalidade das RCCs. Moraes e Schor (2011) observam que a capital amazonense funciona como o principal núcleo para mercadorias de origem industrial na Amazônia, evidenciando a assimetria urbana na circulação de bens. As demandas da cidade por alimentos orgânicos, plantas alimentícias não-convencionais (PANCs), peixes, frutas regionais etc. orientam o que se produz no campo. Nessa rede geográfica, dinâmicas de produção (frutas, hortaliças, pescados), transporte e feiras se integram ao fluxo de consumo urbano (Matos; Melo; Cruz, 2024).



A agricultura familiar no entorno imediato de Manaus (especialmente em municípios como Iranduba, Careiro e Careiro da Várzea) passa a operar sob ritmos crescentemente urbanos, marcados por temporalidades rápidas associadas às exigências de circulação, comercialização e abastecimento da cidade (Matos; Melo; Cruz, 2024). Nesse contexto, os agricultores precisam atender prazos de entrega, padrões de qualidade e critérios sanitários formulados no meio urbano, além de se adequar às normas e exigências institucionais estabelecidas por agentes públicos e privados, bem como às rotinas regulares de feiras e outros canais de comercialização (Elias *et al.*, 2023). Essa reconfiguração dos ritmos produtivos expressa a sobreposição dos tempos rápidos do circuito urbano sobre os tempos lentos historicamente associados às práticas agrícolas familiares, evidenciando a articulação desigual entre verticalidades e horizontalidades que estruturam o espaço geográfico contemporâneo na Amazônia (Santos, 2006).

A seguir, o esquema demonstra como essas relações entre campo-cidade se materializam em Manaus e em seu entorno (Figura 1):

Figura 1 | Síntese demonstrativa das relações campo-cidade em Manaus e nos municípios em seu entorno.



Fonte: Os autores, 2026.

Essa leitura aproxima-se das abordagens do pós-desenvolvimento, especialmente nas contribuições de Escobar (1995), que questionam a universalização de modelos hegemônicos de desenvolvimento e enfatizam a importância de se reconhecer a diversidade de formas de organização social, econômica e territorial. Nesse sentido, as RCCs podem ser compreendidas como espaços de disputa entre racionalidades distintas, nos quais coexistem, de forma tensionada, lógicas locais e imposições externas vinculadas ao desenvolvimento dominante.

RCCS EM MANAUS: MEDIAÇÕES, INDÍCIOS EMPÍRICOS E ESPAÇO-TEMPORALIDADES HÍBRIDAS

A literatura sobre RCCs tem destacado que esses circuitos não se constituem apenas como alternativas econômicas, mas como arranjos sociotécnicos e territoriais, atravessados por mediações institucionais, discursivas e urbanas (Goodman; Du Puis; Goodman, 2012; Marsden; Banks; Bristow, 2000; Sonnino; Marsden, 2006). Nessa perspectiva, as RCCs operam como espaços socialmente construídos, nos quais se articulam valores, saberes, racionalidades e práticas oriundas de diferentes escalas e contextos.

No caso amazônico, e particularmente no contexto manauara, tais mediações assumem relevância específica em função da centralidade urbana de Manaus na organização do abastecimento regional (Becker, 2007). A cidade não atua apenas como destino final dos alimentos, mas como instância produtora de discursos, critérios de qualidade e dispositivos institucionais que passam a incidir sobre as práticas produtivas no meio rural. Essa dinâmica tem sido observada por diferentes estudos sobre abastecimento alimentar e agricultura familiar na Amazônia, que ressaltam o papel das cidades na articulação de circuitos curtos e mercados diferenciados (Darolt; Rover, 2021; Gazolla; Aquino; Gaievski, 2023).

As Feiras de Produtos Regionais, promovidas pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) do Governo do Estado do Amazonas, representam uma forma concreta de mediação institucional entre produtores rurais e público urbano, ao possibilitar a comercialização direta de hortaliças, frutas, legumes, pescados e outros produtos da agricultura familiar em diversos pontos da capital amazonense (ADS, 2026). Essas feiras, que movimentaram quase R\$ 9,8 milhões



em 2024 e beneficiaram mais de 800 famílias rurais, reafirmam tanto o potencial de fortalecimento de circuitos curtos de abastecimento quanto as dinâmicas urbano-territoriais que moldam o acesso ao mercado e à renda rural, evidenciando a importância de mediações públicas para ampliar a inclusão social desses arranjos (ADS, 2024).

Tais espaços materializam a aproximação entre produtores familiares e consumidores urbanos, ao mesmo tempo em que evidenciam a atuação do Estado e de instituições urbanas na viabilização logística, simbólica e normativa das RCCs, conforme discutido por Allen (2010) e Guthman (2008) ao problematizarem os limites das redes alimentares alternativas.

A seguir, o Quadro 2 demonstra as relações entre dimensões institucionais, econômica, tecnológica, simbólica e territorial nas RCCs em Manaus:

Quadro 2 | Relações entre dimensões nas RCCs em Manaus

Dimensão	Mediação Urbana	Forma Concreta	Efeitos Territoriais
Institucional	Estado/ADS	Feiras Oficiais	Inclusão Seletiva
Econômica	Mercado Urbano	Preços, Padrões	Dependência
Tecnológica	Plataformas Digitais	Cestas Online	Exclusão Digital
Simbólica	Discurso Urbano	“Alimento Saudável”	Moralização do Consumo
Territorial	Centralidade de Manaus	Logística	Subordinação Regional

Fonte: Os autores, 2026.

De forma complementar, iniciativas de comercialização mediadas por plataformas digitais e sistemas de cestas organizadas por coletivos urbanos, associações e ONGs têm sido analisadas na literatura recente como parte de um processo mais amplo de digitalização e reconfiguração dos circuitos curtos de abastecimento (Gazolla; Aquino; Gaievski, 2023). No caso de Manaus, essas experiências, frequentemente articuladas a narrativas de sustentabilidade, saúde e valorização dos saberes tradicionais, evidenciam como tecnologias digitais e discursos urbanos passam a integrar a construção do valor social dos alimentos (Figura 2), corroborando a leitura de Goodman, Du Puis e Goodman (2012) sobre as redes alimentares como arenas de produção de conhecimento e significados.

Figura 2 | A Cesta Ajuri como expressão concreta da hibridização entre práticas produtivas rurais e dispositivos urbanos de comercialização, evidenciando a reorganização contemporânea das RCCs em Manaus.



Fonte: Edilene Mafra, 2026.

Ainda que distintas em seus níveis de institucionalização e alcance social, essas configurações indicam que as RCCs em Manaus não podem ser compreendidas como expressões de uma autonomia rural plena. Ao contrário, elas se constituem como configurações socioespaciais marcadas pela sobreposição de territorialidades e pela coexistência de múltiplas temporalidades, nas quais se articulam práticas produtivas rurais, dispositivos urbanos de mediação e racionalidades institucionais (Haesbaert, 2004; Massey, 2008).

Tal constatação reforça a necessidade de se analisar criticamente as RCCs não apenas a partir de seus potenciais, mas também de suas contradições, especialmente no que se refere às seletividades de acesso aos alimentos e às assimetrias territoriais que atravessam o sistema agroalimentar amazônico.

DESIGUALDADES, SELETIVIDADES E SOBERANIA ALIMENTAR: DESAFIOS DAS RCCS NA AMAZÔNIA

Apesar dos diversos potenciais, as RCCs amazônicas reproduzem seletividades que tendem a restringir seu alcance social e territorial. Como observam Gazolla, Aquino e Gaievski (2023), os mercados digitais de alimentos da agricultura familiar têm atendido principalmente consumidores que buscam dietas saudáveis e sustentáveis. Contudo, esse perfil de consumo está associado não apenas ao acesso às plataformas digitais, mas também às condições como renda disponível, capacidade de pagar preços diferenciados, capital informacional e inserção territorial urbana, o que acaba limitando o acesso de amplas parcelas da população aos circuitos curtos de abastecimento. A participação em cadeias curtas de alimentos depende de fatores como conveniência de acesso, percepções de custo e barreiras estruturais, o que pode restringir essas cadeias a segmentos sociais específicos, reforçando desigualdades no acesso aos benefícios desses circuitos curtos (Herzig; Zander, 2025; Sciortino *et al.*, 2025).

Iniciativas de circuitos curtos em contextos urbanos, incluindo Manaus, têm ampliado a disponibilidade de produtos agroecológicos, frutas regionais e PANCs para públicos urbanos preocupados com alimentação saudável, aproximando produtores familiares e consumidores por meio de feiras, plataformas digitais e cestas agroecológicas, a exemplo da Cesta Ajuri em Manaus (Acrítica, 2026). Pesquisas realizadas em outros estados do Brasil também indicam que os consumidores que buscam produtos orgânicos e funcionais tendem a utilizar canais alternativos de comercialização, enquanto alimentos básicos continuam a circular predominantemente nos mercados tradicionais (Martins *et al.*, 2020).

As próprias redes curtas podem reproduzir hierarquias territoriais e econômicas no sistema alimentar. Ao conduzir seus produtos para contextos urbanos, o produtor familiar frequentemente se submete a padrões urbanos de preço e qualidade, que podem ser definidos por consumidores, plataformas de venda e intermediários situados na cidade. Estudos sobre cadeias curtas de abastecimento mostram que a função de distribuição de valor nessas cadeias depende de mecanismos de coordenação, logística e governança, implicando que o valor agregado pelos padrões urbanos nem sempre retorna de forma equitativa aos agricultores, sendo frequentemente



apropriado por intermediários, cooperativas ou plataformas urbanas (Mengoni; Belletti; Marescotti, 2025; Renkema-Singh; Hilletoft, 2025).

Nas palavras de Gazolla, Aquino e Gaievski (2023), a consolidação dessas experiências e sua efetiva ampliação junto à agricultura familiar estão condicionadas à existência de políticas públicas capazes de sustentar, regular e fortalecer tais arranjos. Isso reforça que, sem políticas públicas inclusivas, as RCCs podem se tornar mais um mecanismo pela qual a cidade define o valor do alimento e quem acessa os “alimentos saudáveis”, perpetuando desigualdades de acesso e comprometendo a soberania alimentar de todo o território. Como alertam Allen (2010) e Guthman (2008), não basta a escolha individual do consumidor para reformar o sistema alimentar, é preciso também enfrentar as estruturas sociais e econômicas que excluem pessoas em vulnerabilidade econômica desse debate.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento pode ser compreendido como a ampliação das liberdades reais dos indivíduos, conforme proposto por Sen (2010), o que inclui o acesso equitativo a alimentos de qualidade e a possibilidade de participação nos circuitos de produção e consumo. A limitação desse acesso evidencia que, apesar de seu potencial, as RCCs ainda operam de forma restrita, não sendo capazes, por si só, de promover transformações estruturais no sistema agroalimentar.

CONCLUSÕES

As RCCs na Amazônia, especialmente no entorno de Manaus, manifestam-se como espaços-tempos híbridos, tensionados entre inovações urbanas e práticas rurais tradicionais. Em termos positivos, elas aproximam produtores e consumidores, introduzem tecnologias de comunicação, valorizam a produção agroecológica e reconfiguram o circuito de apropriação de alimentos. Entretanto, o estudo evidencia que tais redes não escapam das assimetrias socioespaciais dominantes. Boa parte das iniciativas responde a valores urbanos e atinge exclusivamente determinados nichos dos mercados urbanos, o que por um lado fortalece certos agricultores, mas por outro exclui amplos segmentos populares. Em outras palavras, ao problematizar quem define o valor do alimento e quem dele se beneficia, verifica-se que as RCCs operam como mediações urbanas inscritas em um contexto de poder.



Para avançar rumo à soberania alimentar na região, faz-se necessário ampliar a inclusão nessas redes, conectando-as às políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à redistribuição de renda. Políticas voltadas ao fortalecimento de cadeias curtas (certificações locais, infraestrutura de escoamento, estímulo ao acesso digital no campo) podem mitigar suas limitações e garantir que não sejam apenas nichos de consumo “*premium*”. Com efeito, a análise geográfica e crítica mostra que, sem esse acompanhamento estruturador, as RCCs continuam sendo inovações sociais limitadas, refletindo as contradições do desenvolvimento regional desigual na Amazônia.

Em síntese, os resultados reforçam a necessidade de compreender as RCCs à luz das abordagens críticas do desenvolvimento regional, evidenciando que tais arranjos, embora frequentemente associados a estratégias de desenvolvimento local, permanecem inseridos em contextos marcados por desigualdades estruturais. O desenvolvimento se processa de forma desigual e relacional, o que permite compreender as RCCs como parte de dinâmicas mais amplas de produção de desigualdades no espaço.

AGRADECIMENTOS:

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela Bolsa que financia a pesquisa de mestrado que deu origem a este trabalho e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAM (PPGEOG-UFAM).



REFERÊNCIAS

ABREU, L. S.; BELLON, S.; TORRES, T. Z. Agroecologia em redes sociotécnicas: inovação social para um novo modelo de agricultura familiar? In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 56., 2018, Campinas. Transformações recentes na agropecuária brasileira: desafios em gestão, inovação, sustentabilidade e inclusão social: **anais**. Brasília, DF: SOBER, 2018. Não paginado.

ACRÍTICA. **Cesta Ajuri lança plataforma de vendas agroecológicas e fortalece conexão campo-cidade em Manaus**. Manaus, 2026.

ADS. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **Dia do Feirante**: feiras de produtos regionais da ADS geram emprego e renda para mais de 800 famílias no Amazonas. 2024. Disponível em: <<https://www.ads.am.gov.br/dia-do-feirante-feiras-de-produtos-regionais-da-ads-geram-emprego-e-renda-para-mais-de-800-familias-no-amazonas/>>. Acesso em: 18 jan. 2026.

ADS. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **ADS inicia a programação 2026 das Feiras de Produtos Regionais a partir desta terça-feira**. 2026. Disponível em: <<https://www.ads.am.gov.br/ads-inicia-a-programacao-2026-das-feiras-de-produtos-regionais-a-partir-desta-terca-feira/>>. Acesso em: 18 jan. 2026.

ALLEN, P. Realizing justice in local food systems. **Cambridge Journal of Regions**, Economy and Society, Oxford, v. 3, p. 295–308, 2010. DOI: 10.1093/cjres/rsq015

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Políticas e programas para fortalecer a agricultura familiar no Brasil**. Brasília, DF: MDA, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/conheca-as-politicas-e-programas-do-mda>>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa/São Paulo: Edições 70, 2021.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 9ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CUNHA, T. M.; AGUIAR, J.; CRUZ, A. L. N.; GERALDO, R. E. F. Circuitos curtos de comercialização de orgânicos na Região Metropolitana de Manaus: desafios e aprendizados diante da pandemia de Covid-19. **Cadernos de Agroecologia**, ISSN 2236-7934 - **Anais da Reunião Técnica sobre Agroecologia** - Agroecologia, v. 17, n. 3, 2022.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (org.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Sempelo, 2021. E-book. ISBN: 978-65-991203-2-9

EDILENE MAFRA. **Cesta Ajuri do Instituto Tera Kuno lança sua plataforma de vendas agroecológicas em Manaus**. 2026. Disponível em: <<https://edilenemafra.com/geral/cesta-ajuri-lanca-plataforma-de-vendas-de-hortalicas-e-frutas-em-manaus/>>. Acesso em: 27 jan. 2026.

ELIAS, L. P.; GOMES JÚNIOR, E.; VIDIGAL, L.; MARQUES, F. J.; PROENÇA, Y.; MAGRO, J. P. S. Compras públicas de alimentos da agricultura familiar enquanto instrumento de inclusão produtiva. In: **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Brasília, DF: Ipea, v. 29, n. 76, out. 2023. ISSN 1676-0883. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt76>

ESCOBAR, A. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton University Press Princeton, New Jersey, 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021. ISBN 978-6555480078.

FREITAS, I. F.; NASCIMENTO, M. B.; COSTA, B. A. L. Circuitos curtos de comercialização e agroecologia como alternativas para sistemas agroalimentares. **Colóquio** – Revista do Desenvolvimento Regional, v. 22, n. 3, jul./set. 2025. DOI: <https://doi.org/10.26767/colquio.22.3874>



GALLI, F.; BRUNORI, G. (org.). **Short food supply chains as drivers of sustainable development**. Pisa: Laboratorio di Studi Rurali Sismondi, 2013. ISSN: 978-88-90896-01-9

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R.; SZPAK GAIEVSKI, E. H. S. Mercados alimentares digitais da agricultura familiar no Brasil: dinâmicas durante e pós-pandemia da Covid-19. **Mundo Agrário**, v. 24, n. 57, e228, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24215/15155994e228>

GOODMAN, D.; DU PUIS, E. M.; GOODMAN, M. S. **Alternative food networks: knowledge, practice, and politics**. London: Routledge, 2012. ISBN: 9780415747691

GUTHMAN, J. Bringing good food to others: investigating the subjects of alternative food practice. **Cultural Geographies**, v. 15, n. 4, 2008. DOI: [10.1177/1474474008094315](https://doi.org/10.1177/1474474008094315)

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. ISBN: 978-8528610611

HERZIG, J.; ZANDER, K. Determinants of consumer behavior in short food supply chains: a systematic literature review. **Agricultural and Food Economics**, v. 13, n. 21, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40100-025-00370-w>

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Edições Loyolas 1992.

HARVEY, D. **Spaces of capital: towards a critical geography**. Routledge. New York, 2001 ISBN 0-415-93240-8.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. Tradução: Magda Lopes. Editora: Boitempo. 2006.

LEFEBVRE, H. **Rhythmanalysis: Space, Time and Everyday Life**. London: Continuum, 2004.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LIMA, H.; DINIZ, R. F. Geografias dos desertos alimentares na Amazônia Ocidental. In: **Anais do II Simpósio Amazonas: o agrário, o político e o urbano**. Manaus, 2025. DOI: [10.29327/9786527219330.1417825](https://doi.org/10.29327/9786527219330.1417825)

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00158>

MASSEY, D. **Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. ISBN: 978-8528613070

MATOS, W. E. A.; MELO, F. M.; CRUZ, M. J. M. Para onde vai a produção familiar? Um estudo sobre o abastecimento e comercialização na feira da Manaus Moderna – Manaus (AM). **Revista Contexto Geográfico**, v. 9, n. 20, p. 169–186, 2024. DOI: <https://doi.org/10.28998/contegeo.9i.20.17660>

MATOS, W. E. A.; SILVA, R. S. A.; MACHADO, B. L. B.; MATOS JUNIOR, W. A.; GENTIL, D. F. O. Fertilidade do solo em agroecossistemas familiares urbanos em Manaus. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, v. 12, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21284/elo.v12i.16449>

MENGONI, M.; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. Short food supply chains. In: ALEXANDER, P. (org.). **Encyclopedia of Agriculture and Food Systems**. 3. ed. Amsterdam: Elsevier, 2025. ISBN: 9780443159770

MORAES, A. O.; SCHOR, T. As redes urbanas na Amazônia: a cidade como o começo e o fim. **Revista Geográfica de América Central**, 2011. ISSN: 1011-484X

RENKEMA-SINGH, M.; HILLETOTH, P. Investigating capabilities of intermediaries in short food supply chains. **Agricultural and Food Economics**, v. 13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40100-025-00432-z>



RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, v. 35, p. 393–411, 2003. DOI: 10.1068/a3510

RUA, J.; SIMONI, J. C. Repensando as relações urbano-rurais no ensino escolar. **Geo UERJ**, n. 37, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2020.55729>

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006. ISBN: 978-8531407130.

SCIORTINO, C.; GIAMPORCARO, G.; SGROI, F.; MODICA, F. Exploring the role of short food supply chains. **Agricultural and Food Economics**, v. 13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40100-025-00420-3>

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia de bolso, 2010.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, v. 6, p. 181–199, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1093/jeg/lbi006>



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

